

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**AÇÃO CONJUNTA
PARA A EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE
(ACETL)**

PRIMEIRO DIÁLOGO

31 de Janeiro de 2013 no Centro de Convenções de Díli



Questões Abordadas no Primeiro Diálogo da ACETL -

Boas Práticas, Dificuldades e Desafios, Recomendações :

Síntese e Perspetivas

Das questões abordadas durante o diálogo, umas delongadamente, outras de menção rápida, pode-se elencar os seguintes aspetos que deverão ser sujeitos a um escrutínio, uma sintetização e tabulação para facilitar a sua leitura e compreensão. Os pontos abaixo identificados constituem uma enumeração desordeira dos mais variados aspetos da grande complexidade do setor. Deve-se dizer, eles são apenas pistas para um tratamento que se quer global a longo prazo, porquanto, necessariamente etápico e perceptivelmente disperso. Alguns dos pontos resumem teimadas constatações dos participantes; outros, qual pedra no charco, repercutem-nas em novas perspetivas de resolução e de avanço.

1. O mapeamento de toda a rede escolar no território com variáveis de:
 - a. *Ratio* de número de alunos por professor
 - b. Área de formação dos professores e as disciplinas por eles ministradas
 - c. Habilitação literária dos professores, do pessoal administrativo
 - d. Acesso a livros e manuais por alunos e professores
 - e. Condição física das infraestruturas (salas de aula e dos professores, salas de reunião, escritórios, laboratórios, refeitório, quartos de banho, lavabos, etc)
 - f. Equipamento escolar (como carteiras, mesas, quadros, giz, instrumentos de geometria, etc)
 - g. Higiene e saúde pública
 - h. Distância máxima e mínima entre a escola e a morada dos alunos
 - i. Etc
2. Uma análise das necessidades e de custos de intervenção no processo de melhoria, atestado num plano plurianual, apontando para patamares cada vez mais elevados de qualidade;
3. Uma análise do desenvolvimento no setor num âmbito regional e internacional para se ganhar uma noção do ritmo e do lugar de TL em termos comparativos;

4. Uma análise sobre como os graduados timorenses são apreciados em escolas ou universidades estrangeiras, quais as suas dificuldades e qual o seu estatuto comparativo no meio do universo dos estudantes da instituição acolhedora;



5. Uma análise do grau de empregabilidade dos graduados do ensino secundário, vocacional e universitário, quais áreas, qual o campo de trabalho, quais as instituições que absorvem etc;
6. Uma análise dos níveis de competências dos graduados do ensino secundário vis-à-vis os níveis exigidos pelo ensino superior (mormente a UNTL), por ramo de estudo e para cada ano lectivo;
7. Uma cuidada transição curricular / dos conteúdos curriculares (com o domínio das habilidades e competências alvejadas), de um ano para o seguinte, desde o 1º ao 12º Anos de Escolaridade;
8. Uma cuidada transição curricular / dos conteúdos curriculares (com o domínio das habilidades e competências alvejadas), de um ciclo para o seguinte, desde o 1º ao 3º ciclos no Ensino Básico;

9. Uma cuidada transição curricular / dos conteúdos curriculares (com o domínio das habilidades e competências alvejadas), do Ensino Básico para o Ensino Secundário;
10. Uma cuidada transição curricular / de conteúdos curriculares (com o domínio das habilidades e competências alvejadas) do Ensino Secundário para o Ensino Terciário, podendo medidas remediais ser adoptadas para colmatar desníveis de competências verificados, por exemplo com a implementação de um período propedéutico/ ano zero;
11. Uma intransigência para com classes/ turmas com excessivo número de alunos, sendo o padrão aceitável de 30 a 35 alunos por turma, o máximo;
12. Todo o processo de admissão à carreira docente ou de recrutamento para a função docente deve basear-se no critério cumulativo primário de habilitação literária relevante para a área específica de ensino e de demonstrável competência e potencial didáctico-pedagógico do candidato;



13. A colocação/ destacamento dos professores é um desafio a encarar pelo Ministério de Educação, seu único fim sendo o acrescer à garantia da qualidade do conjunto do professorado da escola em voga, com devidas condições de apoio;

14. A assiduidade do professor nas horas lectivas é um aspecto sagrado da profissão docente – visto como um gesto de honra ao compromisso profissional –, mas mais ainda, como uma expressão de cidadania e de respeito à dignidade dos alunos enquanto formandos;
15. Uma boa aula advém de uma boa preparação da lição pelo professor que deve ter em conta o conteúdo curricular, os objetivos instrucionais gerais e específicos, além de todo um estratégia de exposição da matéria, em função do tempo letivo;
16. O arquivo dos planos de lição, o sumário das aulas e um controlo da presença são indicadores por excelência da assiduidade e da frutífera ocupação dos alunos;



17. Urge ao Ministério estabelecer um grupo técnico com formação em didáctica e psicologia para desenvolver um manual prático ou guião explanando aos alunos como estudar de forma eficaz, isto é:
 - a. Como estar na aula
 - b. Como tomar notas
 - c. Como ler com rapidez e ler bem um texto ou um livro

- d. Como fixar os pontos importantes e como relacioná-los com a realidade e os fenómenos circundantes;
 - e. Como dividir o tempo durante o dia, a semana, o mês, etc
 - f. Como resolver e apresentar os trabalhos
18. A criação da figura do tutor da(s) disciplina(s), na medida do possível, de entre os professores mais *juniors*, ou de nível académico igual ou mais baixo do do professor responsável pela disciplina;
19. O papel do tutor é ajudar o professor da disciplina nas horas de aula ou for a dela, principalmente nas medidas de reforço para a melhoria do nível de aproveitamento dos alunos;
20. Tornar obrigatório a reunião semanal entre os professores, por forma a debruçarem-se sobre os problemas que afectam as actividades lectivas e que resultam na baixa qualidade do ensino-aprendizagem, assim proverem-se melhor para dar respostas adequadas;



21. O Ministério pode procurar estabelecer uma rede de Centros Distritais para o Desenvolvimento do Sistema Educativo (CD-DSE) cuja tarefa primária é abastecer as escolas de recursos de apoio ao ensino como, por exemplo, equipamentos, instrumentos mediáticos, módulos de introdução das novas tecnologias na sala de aula, programas audio-visuais, e demais apoios necessários;

ajudando a ultrapassar a monotonia do ensino, como também a diversificar os métodos e os recursos de apoio didático-pedagógico;

22. Um indicador de um bom acompanhamento do progresso dos alunos é a apresentação diária de trabalhos feitos em casa (TPC), como forma de intensificação do ensino para assegurar o domínio dos conteúdos curriculares;
23. Facilitar o acesso ao material didático, quer os livros principais como os de apoio, a fim de dar um maior leque de fontes de consulta e de referência aos alunos;



24. Habituar os alunos a actividades extra-curriculares de apoio à sua formação – a apresentação de peças teatrais, comédias, coros musicais, récitas de poemas, leituras públicas, discursos sobre temas de relevo social – como a advocacia pelo meio-ambiente, saúde pública, direitos humanos, igualdade de oportunidade, justiça social, direito das crianças, etc.;
25. Habituar os alunos à boa etiqueta, às boas maneiras e ao comportamento social, etc.;
26. Promover o espírito competitivo através de jogos em actividades desportivas e tirar partido disso para o âmbito das sala de aula;

27. Reduzir os efeitos do desnível entre os meios urbanos e os rurais, facilitando o acesso à internet, às fotocópias, à impressão, etc para os professores por forma a alcançar reflexos metodológicos positivos no processo educativo;
28. Desenvolver uma política de subsídio para os professores destacados para os sítios rurais, em função e como compensação às mudanças resultantes desse destacamento (ou deslocação) para a família do professor destacado;
29. Com o apoio da Secretaria de Estado para a Juventude e o Desporto, calendarizar eventos distritais como:
- a. Feiras de livro
 - b. Sertames
 - c. Récitas
 - d. Monólogos
 - e. coros musicais
 - f. leitura em voz alta
 - g. comédias
 - h. peças teatrais
 - i. contos
 - j. danças
 - k. exposições de pinturas ou de trabalhos manuais
 - l. sessões de consciencialização sobre algum tema relevante aos alunos
 - m. como ainda de modalidades de desporto (privilegiando-se o futebol, o basquetbol e voleibol, ténis e pinguepongue, etc, e a natação – com construção de piscinas distritais), não excluindo a participação dos alunos com deficiência física ou necessidades especiais, etc,

ampliando a interacção e convivência escolares nos alunos, em jeito da sua emancipação face ao limite geográfico das respetivas escolas;



30. O regime de carreira ora em vigor deve ser estudado e submetido a um processo de consulta e de apurmo, devendo contemplar variáveis pertinentes como:

- a. Experiência de serviço, de função docente,
- b. Antiguidade de serviço, de função docente,
- c. Antiguidade do grau académico,
- d. Experiência de cargos de chefia,
- e. Acumulação de cargos/ responsabilidade institucional,
- f. Comunicação em eventos científico-académicos nacionais e internacionais,
- g. Publicação de artigos académico-científicos
- h. Representação institucional, nacional ou internacionalmente,
- i. Visibilidade social da profissão a favor ou em nome da instituição
- j. Pontos de desempenho, destacando-se a capacidade de inovação
- k. Justiça abstrata em função dos méritos próprios em si, e justiça comparativa – relativamente aos outros professores ao nível da turma, da escola, do distrito, ou a nível nacional;

31. O ME deve procurar sincronizar-se com a formação de professores na UNTL, seu foco de referência para efeitos de processos de rejuvenescimento do professorado, à medida que se implementa a política de pensão e de reforma em função da idade;
32. O ME deve ainda fazer bom uso da prática didáctica de análise constrativa entre línguas (tétum e português, ou português e as línguas locais), podendo assim incutir a adopção de estratégias para a célere aquisição e domínio da língua portuguesa em vários níveis – leitura e articulação (pronúncia, entoação, cadência), audição (junções de palavras, sequência de sons);
33. A aquisição e domínio céleres das línguas oficiais (cada uma com o seu ponto de focalização) devem tornar-se uma dado normal no sistema, protegendo-as das hesitações quanto à metodologia do seu ensino e aprendizagem;



34. As escolas devem ter grande autonomia em criativamente promover a rápida apropriação pelos alunos da língua portuguesa, entranhar a língua de instrução, sobretudo nas áreas remotas, num esforço de minimizar o desnível entre o aluno rural e o aluno urbano;
35. As escolas devem familiarizar a língua às crianças e aos jovens e, no intuito de inculcar desde bem cedo sentimentos patrióticos, devem expor textos padrões do país, nomeadamente os

textos da autoria dos seus líderes e heróis nacionais (poemas, discursos, extratos de livros) decifrando, analisando, declamando, cantando, comentando, etc;

36. Abordar junto à Igreja, como aliás já se fazem em certas paróquias do interior, para que se realizem missas em português para os alunos, onde as leituras, os coros, os avisos sejam da responsabilidade das escolas e da participação dos alunos;
37. Para o segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico, deve-se incutir a redação diária sobre temas correntes locais – o que pode tornar a língua um meio habitual de expressão dos alunos e jovens sobre a vida quotidiana da comunidade, por exemplo, a chuva, as plantações (café, coco, milho, mandioca, etc), as ribeiras, o Mercado, a cidade/ vila distrital, as festas religiosas, as festas tradicionais, as árvores, as estradas, os transportes, etc., ou com exercícios de, por exemplo, escrever cartas, dar instruções, indicar caminho, explicar um endereço, descrever um processo, uma receita de cozinhar, desenhar um plano de acção, construir uma casa, uma ponte, etc.
38. As conjugações verbais em português – um campo de contraste com as línguas locais timorenses –, ao invés de ser um pesadelo, antes devia ser uma ocupação divertida na articulação da língua; devendo o professor reter a atenção dos alunos para a precisão das ideias que elas exprimem, impregnando gosto e interesse, em vez de receio; assim, elas devem ser dominadas pelos alunos ao fim do segundo ciclo (basta ver a Quarta Classe antiga);





39. A língua tétum deve ser estudada ao nível da sua ortografia padronizada, ao nível da morfologia, da sintaxe, dos provérbios, dos poemas, com enfoque à carga semântica, ao nível do modo de construção, e da sua equivalente em português ou na língua local – pondo o aluno alerta ao meio multilinguístico-artístico em que se encontra inserido e sensibilizando-o ou induzindo-o a vivenciar também os substratos da cultura nacional;
40. Uma nobre tarefa do ME tem a ver com a provisão do livro – livro do aluno (a preços baixos), livro da sala de aula, livro do professor, livro da biblioteca; esta actividade deve ser paulatinamente acompanhada de campanhas de consciencialização sobre o valor do livro, o cuidado que de todos merece, a matéria do saber que contém, a utilidade douradoira a que se projecta – uma verdadeira propriedade coletiva;
41. A biblioteca ambulante ensaiada no Governo anterior deve ser acarinhada e efectivada em todo o território nacional;
42. O mesmo tratamento dado aos livros deve ser devotado aos equipamentos laboratoriais; as suas atividades vão de prática escolar segundo os horários, demonstração ao público, a didática aberta à comunidade; os telescópios podem ser, quando oportuno, colocados ao uso do público

com acompanhamento dos professores e alunos, para a observação da lua e de outros corpos celestes;

43. O mito da matemática, da física como matérias difíceis deve ser sistematicamente combatido; o problema deve ser entendido como originado nalgum momento em que tais disciplinas não tiveram um ensino sólido, sem meios laboratoriais, sem métodos de abordagem eficazes, além da queda e inclinação dos alunos (que é apenas um único factor de muitos outros); o método *Kiupon* pode ser experimentado, e é de acreditar que as crianças timorenses vão começar a gostar e, certamente, começar a brilhar neste domínio;
44. Uma conservatória de música deve ser já equacionada dentro do ministério – iniciar um estudo de viabilidade e sobre o seu impacto sócio-psico-artístico; o cidadão culto com a compreensão do belo e/ ou a sua expressão, e o cultivo dos grandes valores humanos precisam de uma sensibilização da alma; a música tem aqui um duplo estatuto – o de factor e o de produto; amalgamar o local ao nacional e ao universal;
45. A ecologia deve tornar-se uma preocupação das escolas traduzindo-se em atividades regulares de arborização, jardins de bio-apotique e árvores medicinais, e jardim panorâmico com a flora típica local;



46. O turismo histórico-antropológico local deve ser incutido pelas escolas – sobretudo os lugares com significado para a comunidade local e os de interesse nacional; a arqueologia, os fenómenos geo-morfológicos, os contos, as lendas e as respetivas toponomias, ritos orais, cantares, danças tradicionais, etc
47. O ensino da etiqueta, das boas maneiras, de comportamento público, na sociedade, na festa, na mesa, nas cerimónias solenes, nas recepções, nos atendimentos, nos transportes públicos, devem ser uma tarefa das escolas, etc.



E mais, ainda possíveis ideias e sugestões constituem o quanto pode acrescer ao perfil de boa qualidade na educação integral do cidadão timorense no Timor atual de afirmação nacional e de inserção no mundo global.

&

V GOVERNO CONSTITUCIONAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

AÇÃO CONJUNTA
PARA A EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE
(ACETL)

PRIMEIRO DIÁLOGO

31 de Janeiro de 2013 no Centro de Convenções de Díli

ATA EM SÚMULA

A. Precedentes

No final do primeiro semestre do mandato, enquanto se prepara para apresentar o OGE do ano fiscal 2013 perante o Parlamento Nacional, o V Governo Constitucional toma a peito uma das questões de grande interesse nacional – a urgência de combater a baixa qualidade de educação no país.

Consciente da situação, o Ministro da tutela, o Dr. Bendito Freitas, enceta uma iniciativa a que chama o **Primeiro Diálogo Nacional** para uma AÇÃO CONJUNTA PARA A EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE (ACETL).

A iniciativa se assenta na premissa de que a Educação é um empreendimento coletivo donde a responsabilidade deve provir não tão somente do Estado, mas também das demais componentes da sociedade.

B. O Evento

Para tanto, foram convocados os diretores nacionais, distritais, superintendentes, diretores de escolas, membros de Governo, da Sociedade Civil, organizações relevantes nacionais e internacionais, que se reuniram no Centro de Convenções de Díli, no passado 31 de Janeiro de 2013, para um dia de partilha de informação, visão, sugestões e recomendações, tentando compreender a problemática da educação para poder tentar formular propostas de solução a uma das questões mais ecoadas nos últimos anos.

Dada o seu presumido interesse ao universo dos cidadãos, o evento foi transmitido ao vivo pela Rádio e Televisão de Timor-Leste.

A agenda do dia compreendeu os discursos de abertura do Ministro de Educação e do Vice-Primeiro Ministro, Fernando 'Lasama' de Araújo, ambos colocando o cenário de fundo para as intervenções durante o dia.

Intercaladas com momentos culturais exibidos por alunos do ensino básico, seguiram-se as apresentações de testemunho das seis escolas, duas privadas (uma católica e uma muçulmana) e quatro públicas, tendo-se registado a não-comparência de duas outras escolas católicas. Cada intervenção durou cerca de dez minutos.

As escolas convocadas foram:

1. Escola Católica de Canossa, Haas-Laran, Comoro, Díli
2. Escola Básica Central de Lulira, Lospalos
3. Escola Anur, Díli
4. Escola Secundária Técnico-Vocacional, Becora, Díli
5. Escola Católica Infante Sagres, Maliana (*não compareceu*)
6. Escola Básica Filial de Railaco, Ermera
7. Escola São Cristóvão, Venilale (*não compareceu*)
8. Escola Secundária Kay Rala Xanana Gusmão, Manatuto

B.1. A Mesa Redonda

Uma mesa redonda foi composta por entidades relevantes, especialmente convidadas por mérito dos seus conhecimentos e sensibilidade à questão:

- (i) S.E. a Primeira Dama, *Dra. Isabel Ferreira*,
- (ii) S. E. a Ministra de Solidariedade Social, *Sra. Isabel Amaral Guterres*,
- (iii) S.E. o Vice-ministro para o ensino superior, *Eng. Marçal Ximenes, MSc.*,
- (iv) S.E. a Vice-ministra para o ensino pré-escolar e ensino básico, *Dra. Dulce de Jesus Soares*,

- (v) O Presidente da CONECTIL da diocese da Baucau, *Rev.do Pe. Francisco Pinheiro*, Vigário Geral,
- (vi) O Diretor da Fundação eclesíástica de São Paulo da diocese de Díli, *Rev.do Pe. Leandro M. Alves*,
- (vii) O anterior Ministro da Educação, Prof. *Dr. João Cândio Freitas*, académico,
- (viii) O Vice-Presidente do sindicato dos professores, *Sr. Agostinho Soares*,
- (ix) Assessor da SEPFOPE (Escola Técnico Profissional) –, *Sr. Angelino Rego*,
- (x) O Diretor Nacional de Escola Vocacional – MAP –, *Sr. Hipólito da Costa*,
- (xi) O Magnífico Reitor da UNDIL (privada), *Dr. António Cardoso C. Machado*,
- (xii) A Chefe da Educação da UNICEF, a Sra. *Takako Fukami*,
- (xiii) A Subdiretora da Escola Portuguesa Ruy Cinatti, *Dra. Sara Infante*,
- (xiv) O Adido de Cooperação da Embaixada de Portugal, *Dr. Daniel Carolo*,
- (xv) O moderador da Mesa Redonda, *Benjamim de Araújo e Corte-Real*.

Cada representante dispôs de cerca de 10 minutos de intervenção a tecer e a reflectir sobre as informações de primeira-mão provenientes das referidas escolas. De todos os participantes da Mesa Redonda, só a Ministra de Solidariedade Social não usou da palavra, tendo de deixá-la mais cedo por razões de agenda.

Foi dada ainda oportunidade a alguns membros da audiência para intervir, em ordem cronológica:

- (xvi) *O Rev. Pe. Martinho Gusmão*, Comissão de Justiça e Paz, Diocese de Baucau,
- (xvii) *O Dr. Antoninho Pires*, Diretor-Geral do Ministério de Educação,
- (xviii) *O Professor Dr. Aurélio Sérgio Guterres*, Reitor da UNTL,
- (xix) S.E. o Ministro da Educação.

Uma nota introdutória previamente distribuída pela Comissão Organizadora às escolas convocadas para o diálogo requeria informação estruturada nos seguintes termos:

- 1. Boas práticas (presente) e os seus êxitos – BP,**
- 2. Dificuldades e desafios actuais – DDA,**
- 3. Recomendações para o futuro – RF,**

relativamente a aspectos como :

- a) Recrutamento e colocação de professores;
- b) Formação de professores;
- c) Regime de carreira e avaliação de desempenho dos professores;
- d) Currículo de ensino;
- e) Manuais escolares e materiais educativos;
- f) Infraestruturas escolares;
- g) Gestão das concessões escolares públicas;
- h) Apoio das famílias e da comunidade;

- i) Papel da inspeção escolar;
- j) Programa de merenda escolar;
- k) Preparação dos alunos para exames nacionais;
- l) Contribuição da sociedade civil e parceiros internacionais;
- m) Acesso de crianças com necessidades especiais (educação inclusiva);
- n) Condições físicas da escola;
- o) Mudança do calendário escolar;
- p) Gestão escolar.

À luz das constatações resultantes das visitas de trabalho de S.E. o Ministro da Educação ao interior do país nos últimos meses, alinha-se uma série de perguntas a ser respondida, ou, no mínimo, contextualizada:

- 1) Por que razão as escolas católicas se destacam mais do que as escolas não-católicas ou públicas (consoante as classificações das avaliações nacionais anuais)? e**
- 2) Por que razão estas escolas estão concentradas principalmente em Baucau e e Díli?**
- 3) Como são os currículos implementados?**
- 4) Como são os seus professores distribuídos e formados?**
- 5) Existe apoio das ONGs e doadores?**

Das intervenções das Escolas, registaram-se os seguintes pontos importantes:

B.2. Intervenções e Pontos Colhidos

Pontos colhidos das intervenções/ apresentações e da Mesa Redonda

B.2.1. Recrutamento, Formação e Voluntariado

- O recrutamento de novos professores deve obedecer a três critérios básicos:
 - (i) da compatibilidade com o nível de formação / habilitação literária necessária,
 - (ii) da compatibilidade com o domínio da área/ formação na disciplina em voga; por exemplo, para o ensino secundário, só é visado o nível de licenciatura com a especialidade na área relevante em demanda (diga-se, uma licenciatura em matemática para assumir a docência de matemática);

- (iii) um revelado grau mínimo de vocação para o ensino(ou seja, demonstração de qualidades ou potências didático-pedagógicas).

N.B.

- **DDA/ RF** - É o favorecimento indevido a candidatos que não preenchem esse elenco de requisitos que vai desaguar no injusto tratamento daqueles que os satisfazem ou que já são da carreira docente;
- **DDA** - Ao querer ultrapassar um problema, cria-se outro, ficando dois por resolver;

- A formação profissional contínua, desenhada e administrada aos professores, deve incidir sobre três vertentes pilares de forma proporcional – isto é:
 - (i) a vertente do conhecimento específico da disciplina, por um lado,
 - (ii) a vertente da competência na língua de instrução (mormente a língua portuguesa), por outro, e ainda
 - (iii) o domínio da pedagogia e da ética profissional ; ainda há professores que nem sabem usar os manuais escolares; DDA/RF
- A formação profissional contínua deve contemplar também a inclusão dos professores voluntários, como oportunidade para a melhoria das suas qualificações, o que poderá garantir o rápido processamento da sua indução ao quadro definitivo; RF

B.2.1. Recrutamento, Formação e Voluntariado	<p>BP – Já se começa a pautar pelos critérios de habilitação literária e de competência segundo a disciplina específica em voga;</p> <p>DDA – Há professores admitidos ao quadro sem um devido apuramento a nível da didática e da pedagogia;</p> <p>RF – É preciso observar os critérios acima delineados no processo de recrutamento;</p> <p>RF – Refinar os critérios de colocação dos professores em função da consolidação do professorado e da qualidade de ensino-aprendizagem;</p>
---	--

BP – Boas práticas; **DDA** – Dificuldades e desafios atuais; **RF** – Recomendações para o futuro.

B.2.2. Concessões, Destacamento e Regime de Carreira

- Numa atitude de frugalidade e igual tratamento aos alunos num Estado social, as concessões às escolas devem ser pontuais consoante o calendário escolar, e os professores do quadro da função pública já destacados na escolas privadas devem permanecer nestas; RF
- O efeito de baixo salário é que os professores se dispersam à procura de trabalhos colaterais a fim de conseguir fontes adicionais de receita; DDA
- Um regime de carreira deve contemplar a premiação efetiva dos professores cujo desempenho é avaliado em BOM e/ ou MUITO BOM em dois anos consecutivos; RF
- O atual regime de carreira actual ignora aspectos cruciais como a antiguidade de serviço, de grau académico, o desempenho profissional, o abono de família; DDA/ RF
- No ensino superior, o regime de carreira é ainda mais desfalcado, estando graus académicos diferentes postos no mesmo nível, os postos de chefia menosprezados, antiguidade ignorada; é num regime de carreira que se fazem as distinções, grandes e pequenas, a exemplo do que está sendo feito às categorias dos veteranos e dos antigos combatentes da libertação da pátria; DDA/ RF

<p>B.2.2. Concessões, Destacamento e Regime de Carreira</p>	<p>BP – A implementação dos regimes de carreira docente nos vários níveis de ensino está a acarinhar um certo clima de estabilidade, de alguma certeza jurídica e algum sentido de conquista social, embora também esteja, devido às suas imperfeições, a suscitar alguns casos de inquietação nos professores afetados;</p> <p>DDA – Um exemplo de imperfeição é o regime de carreira da UNTL, tão cheio de situações de injustiça profissional; para ser digno de um regime, este tem que ter o escrúpulo de distinguir e premiar o mérito; por enquanto, isto falta a grosso. Consequentemente, a dedicação profissional dos professores fica comprometida, enquanto o sistema nutre injustiça;</p> <p>RF – Consultar com os respetivos interessados e rever o Regime de Carreira dos professores do vários níveis; o exemplo da UNTL é bastante problemático e desmotivador; há que contemplar aspetos como (i) a antiguidade de serviço, (ii) experiência de chefia e liderança, (iii) antiguidade do grau académico e (iv) representação institucional, (v) o abono de família, (vi) desempenho, (vii) grau de produtividade, e outros aspetos considerados incisivos no perfil académico do docente, tão importantes a contabilizar no regime, e o contínuo progresso profissional em virtude do ensino, pesquisa e demais funções académicas como juri de exames de teses, orientador de teses, publicações e comunicações em seminários e conferências;</p>
--	---

BP – Boas práticas; **DDA** – Dificuldades e desafios atuais; **RF** – Recomendações para o futuro.

B.2.3. Manuais, Bibliotecas e Laboratórios

- A falta de manuais para certas disciplinas afeta gravemente o ensino, estando os alunos desprovidos de um instrumento essencial para se manterem adesos aos conteúdos curriculares, à matéria ensinada nas aulas; DDA/ RF
- A iniciativa de produzir manuais próprios por algumas escolas (ESC Canossa) pode colmatar algumas lacunas, mas nem sempre é satisfatório ou sustentável; o Governo tem de assumir este aspeto crítico do processo; BP/ RF
- Uma biblioteca nacional com filiações distritais e sub-distritais poderia vir a fazer combate eficaz ao problema crónico da falta de recursos didáticos para o reforço aos estudos dos alunos; DDA/ RF
- O mesmo se diz dos laboratórios para cada área de estudo – a biologia, a física, a química, as línguas, etc. RF
- A implementação do currículo e a implementação do regime de carreira são duas facetas da mesma moeda que devem reger a dimensão da turma (número determinado de alunos por turma – 25 a 30), e a carga horária semanal atribuída a cada professor; RF

B.2.3. Manuais, Bibliotecas e Laboratórios	<p>BP – (i) Já há algumas escolas, sobretudo as situadas em Díli (pouco mais), dotadas de uma biblioteca razoável, e os professores incutem os alunos a visitarem e a consultarem e a fazerem lá os seus trabalhos; algumas até já começam a ousar produzir material próprio para acompanhar ou complementar os manuais recebidos; (ii) o mesmo se diz de laboratórios;</p> <p>DDA – (i) A agravar a falta de livros na mão do aluno para acompanhar as aulas, nem há uma pequena reserva de livros onde os alunos possam consultar, individualmente ou em grupo, autonomamente ou acompanhado; (ii) o mesmo se diz de laboratórios;</p> <p>RF – (i) Estabelecer uma comissão editorial nacional que se incumbe de promover a produção de material didático para os vários níveis escolares; (ii) A criação de uma rede de bibliotecas a nível distrital e subdistrital e, mais tarde, escolar; fomentar cooperação com parceiros internacionais para o empreendimento; (iii) o mesmo se diz de laboratórios; (iv) Procurar atingir o melhor <i>ratio</i> professor-aluno por turma,</p>
---	--

- | | |
|--|--|
| | para garantir um acompanhamento ideal, consolidando os conhecimentos do aluno; |
|--|--|
- **BP** – Boas práticas; **DDA** – Dificuldades e desafios atuais; **RF** – Recomendações para o futuro.

B.2.4. Gestão de Serviços, Recursos e Função Lectiva do Docente

- A merenda escolar deve ser acarinhada e desenvolvida nos seus moldes de serviço, preferindo a sua gestão ser entregue a terceiros do que aos próprios professores – uma vez que lhes é um grande distrator às funções lectivas e pedagógicas; BP/ RF
- O Professor é o mediador crítico entre os conteúdos curriculares e os alunos, tendo sempre em vista o alcance dos objetivos de competências e de habilidades; DDA/ RF
- A dupla função da inspeção – monitorar o funcionamento das escolas e auxiliá-las na medida do possível e dentro das competências a superar as suas dificuldades; e não exibir um papel quase de policiamento que acaba por ser contraproduativo – isto é, a apresentação de boas aparências que na realidade ocultam graves problemas; DDA/ RF
- Os responsáveis das escolas devem criar, ao exemplo das escolas privadas (ESC Canossa), um ambiente de fraternidade e amizade e de partilha (*sense of belonging*); BP/ RF
- Evitar a todo o custo a dispersão de recursos, sobretudo os que representam as graduais conquistas no sistema; o OGE em 2013 aloca 6% para a recuperação das infraestruturas; DDA/ RF
- Uma educação de base ecológica, de noção do meio-ambiente, de sociabilidade, de interação com o mundo – dando solução a várias situações degradantes, como a falta de quarto de banho, que o/a Diretor/a da escola não tem na sua agenda para improvisar, ou para planear, ou para incentivar a sua construção;
- A educação implica um conjunto complexo de fatores que merecem ser devidamente acautelados nos planos de ação, incluindo na provisão orçamental, não havendo uma solução mágica única para os seus problemas; quando os recursos são escassos, a hierarquização das prioridades deve ser clara; RF
- Pode-se contar com o apoio da UNICEF; RF

- As instituições internacionais devem cooperar com o Ministério de Educação, observando os princípios legais e as prioridades do Governo para o setor educativo; RF

<p>B.2.4. Gestão de Serviço, Recursos e Função Letiva do Docente</p>	<p>BP – Muita melhoria se conseguiu nos aspetos de gestão de serviços escolares, da utilização dos recursos e na regulação da função letiva do docente;</p> <p>DDA – (i) mas persiste uma sobrecarga aos professores que lhes tira a função letiva (exemplo, a gestão da merenda escolar); (ii) há um certo desperdício na utilização dos recursos, na absorção e implementação de programas de ajuda exterior, sem um controlo de frugalidade e de justeza ou adequação por parte do Ministério;</p> <p>RF – (i) é preciso coordenar e harmonizar as ajudas internacionais com os objetivos nacionais ou os planos de ação do Governo/ Ministério para evitar desperdício, desvio ou mesmo contradição com as políticas adotadas; (ii) é preciso dotar as direções das escolas da sensibilidade ecológica, dando-lhe a coragem de improvisar (quando não houver) as mínimas condições de caráter ecológico – exemplo: as casas de banho – que devem ser um lugar de conforto e não um de nojo; (iii) a função fundamental do professor é centrar-se na atividade lectiva, o seu tempo dedicado a preparar-se bem para tal;</p>
---	---

- BP – Boas práticas; DDA – Dificuldades e desafios atuais; RF – Recomendações para o futuro.

B.2.5. Política Linguística

- O ME deve perseguir e fazer-se pautar por um currículo harmonizado e harmonizante para todos os níveis escolares, destacando-se a urgência de implementar as línguas oficiais – Tétum e Português – por força do mandato constitucional; RF
- Nota-se uma degradação nas competências linguísticas dos alunos – a acompanhar o declínio evidente na expressão por escrito em *bahasa indonésio*, não há uma solidez de expressão ou igual grau de melhoria nas línguas oficiais;
- Seria legítima a expectativa de as línguas oficiais irem preenchendo o espaço deixado pela língua da ocupação. Se isto não se está a verificar é porque há falta de uma estratégia curricular que lide com esta situação. E isto desequipa os jovens cidadãos nos seus esforços para o assíduo acompanhamento das atividades formativas; basta pensar que uma língua é uma janela ao mundo; DDA/ RF
- Depois de 10 anos de exercício da soberania e de autocondução dos destinos do país, é descabida qualquer desculpa para continuar a utilizar a língua indonésia como língua de instrução; a introdução gradual da língua portuguesa desde o primeiro ano de escolaridade em 2002, por um lado, e o facto de a UNTL já ter cumprido dois ciclos completos de formação

(2002-2007, 2007-2012), seria perfeitamente legítimo esperar-se que os professores no ensino superior comecem a lecionar também em língua portuguesa, com a ajuda do tétum;

B.2.5. Política Linguística	<p>BP – (i) Algumas escolas estão dando prova de sucesso escolar com a implementação da língua portuguesa como língua de instrução desde o início da escolaridade; (ii) no contexto timorense, há alguns problemas iniciais que não devem ser receados, mas lidados com agilidade e paciência, como a própria história e experiência dos mais velhos demonstram;</p> <p>(iii) as escolas de referência podem reforçar estas premissas; (iv) a UNTL está generalizando o seu ensino através da língua portuguesa, embora com algum atraso na preparação dos professores, não dos alunos;</p> <p>DDA – A clareza de visão e firmeza na política e na ação são os mais necessários requisitos para o Ministério de Educação, dando fim imediato às hesitações e o ciclo vicioso de consultas e auscultação de pareceres de <i>experts</i> em sede de língua e aprendizagem;</p> <p>RF – É preciso conquistar e adotar medidas inventivas para rapidamente propagar a utilização e o domínio emancipado das línguas oficiais enquanto línguas de instrução; (ii) o insucesso escolar não pode encontrar na língua portuguesa o seu mais fácil e <i>déjà vu</i> bode expiatório;</p>
------------------------------------	---

- **BP** – Boas práticas; **DDA** – Dificuldades e desafios atuais; **RF** – Recomendações para o futuro.

B.2.6. Reforço da Qualidade

- Nas escolas católicas uma formação de consciência do professor, uma formação da espiritualidade educative é feita a prevalecer, ganhando assim a profissão um profundo sentido de missão. Isto traduz-se naturalmente numa força motora das melhores práticas na educação como a genuína dedicação, a disciplina e a assiduidade na arte didático-pedagógica. Há que tirar ilações e propagá-las nas escolas públicas.
- Nas escolas públicas, esta mesma prática de formação de consciência deve ser aproveitada, dando ênfase à filosofia da profissão e ao seu sentido de missão; isto deve ser ‘contemplado’ no desenho dos cursos de formação profissional dirigidos a professores de carreira ou voluntários, ou de indução à carreira; deve ser também um dos critérios importantes para a qualificação de liderança nas escolas públicas; RF
- Deve haver um período propedéutico/ vestibular para todo o ensino superior, a exemplo do que faz se faz na Escola Católica de Canossa (um período intenso de indução), e a exemplo do que a UNTL já implementou a vários cursos e vai remodelar um ano zero – em prol da garantia

de qualidade como consequência lógica da crescente subida qualitativa dos seus docentes nos últimos anos e, agora, cada vez mais generalizada; BP/ RF

- Incrementar o investimento para o sector da educação. Enquanto que em TL o orçamento nunca excedeu os 9%, a Indonésia atribui consistentemente 20%, a Malásia aloca 26%, e a Austrália 25% do seu orçamento anual; RF
- O ensino superior está destinado ao fracasso quando a fundação no ensino básico já vai fraca; Tem de se mudar de método de ensino, deixando o método tradicional de o Professor ser o centro da atividade académica ou letiva na sala de aula; o aluno deve passar a ser o centro da atividade escolar (na sala de aula ou fora dela) DDA/ RF
- O ensino superior deve necessariamente ser um funil de elite pelo mérito da qualidade, absorvendo apenas uns 20% do universo dos graduados do Ensino Secundário; RF
- Os conteúdos curriculares devem estar refletidos na avaliação das competências dos alunos; RF
- A Escola Portuguesa Ruy Cinatti e as escolas timorenses de referência nos distritos detêm um bom patamar para se alvejar constantemente, por forma a harmonizar as práticas educacionais em todo o país; RF
- A EPRC em Díli tem características próprias, uma vez que a quase total maioria dos seus alunos é timorense, bilingue ou multilingue e a quem o Português é ensinado de forma diversa da outras escolas portuguesas noutras partes do mundo, e o professorado quase todo português, conta apenas com dois professores timorenses .

<p>B.2.6. Reforço da Qualidade</p>	<p>BP – (i) há boas referências para melhorar a qualidade de ensino nas escolas, embora até agora concentradas em Díli, ou nas escolas católicas de renome; (ii) há abertura para partilha de experiências – o que é muito positivo e que o Ministério pode e deve sempre aproveitar;</p> <p>DDA – (i) Em certos casos, um enorme abismo entre o perfil do professor e as exigências mínimas de qualificação para o nível em que está a operar; (ii) A Função Pública ainda não está a atuar no apuramento das competências profissionais e oferecer medidas de resolução;</p> <p>RF – (i) O investimento por parte do Estado timorense para o reforço da qualidade da educação deve ser incrementado; não se perde com um investimento nos recursos humanos, quando bem medido e planeado, com objetivos claros; (ii) os professores comprovadamente inaptos, devem ser reconduzidos pela Função Pública para outros âmbitos de trabalho dentro do quadro da</p>
---	---

	Função Pública, devendo deixar de ser professor, passando para o domínio administrativo;
--	--

- **BP** – Boas práticas; **DDA** – Dificuldades e desafios atuais; **RF** – Recomendações para o futuro.

B.2.7. Política de Gestão

- Censura à adopção do calendário escolar que se confunde com o calendário civil, e não condiz com a necessidade de prática agrícola, com o ciclo de chuvas iniciais e do período do cultivo; DDA/ RF
- A distinção entre o perfil de uma escola vocacional e o de uma escola secundária geral; o rumo dos seus estudos, o modo de acesso dos seus graduados ao ensino superior; é preciso uma engenharia curricular para tornar os dois ramos de formação intercomunicáveis; DDA/ RF
- Necessidade de revisão curricular, devendo advertir-se que frequente mudanças tornam dúbio o nexos causal para com os resultados – o que é contraproduativo; DDA
- Necessidade de descentralização dos recursos para a realização das atividades de educação; RF
- A abertura de novos mestrados tem que se submeter à aprovação do Ministério para garantir os critérios de qualidade; terá de haver um regulamento próprio para a abertura de novas escolas; DDA/ RF
- O Ministério deve primeiro autorizar formalmente, antes que os agents operacionais comecem a empreender; RF
- A adoção de um novo calendário escolar – com início em Outubro, a partir de 2014;
- A ação educativa nacional deve tomar a peito a concertação de sinergias em prol da presidência da CPLP por Timor-Leste no período de 2014-2016; DDA/ RF
- Dar prioridade ao ensino vocacional em prol da empregabilidade dos jovens.

B.2.7. Política de Gestão	BP – Os currículos já feitos têm ajudado bastante a realização do ensino em todos níveis; DDA – (i) Existem iniciativas descoordenadas espalhadas pelo país; (ii) muitos cursos de mestrado se proliferam sem mínimo controlo por parte do Minsitério, comprometendo a qualidade;
----------------------------------	--

	<p>RF – (i) Estabelecer uma comissão especializada local cuja função é acompanhar a implementação dos currículos e aconselhar o Ministério sobre possíveis adaptações pontuais; (ii) Disciplinar as iniciativas de prática educativa no país, devendo o Ministério emitir licença para tal; toda a atividade formativa deve estar inscrita e adstrita às instituições legais e legalizadas/ licenciadas; (iii) fazer uma avaliação dos efeitos do currículo implementado com vista a ajuizar a sua possível revisão – esta feita apenas sempre na certeza da sua ineficácia e na necessidade de mudança; (iv) dotar as sub-estruturas hierárquicas de certa autonomia para gerir o seu próprio substrato do sistema escolar, evitando longos percursos burocráticos – a favor de eficiência de custos e rapidez de soluções aos problemas práticos;</p>
--	---

- **BP** – Boas práticas; **DDA** – Dificuldades e desafios atuais; **RF** – Recomendações para o futuro.

C. Resumindo

Conclui-se que, após dez anos de internacionalmente reconhecida a soberania e independência de Timor-Leste, o país pode contar com um investimento significativo no setor da Educação. A situação de total destruição em que ficaram as infraestruturas do setor, na sequência da referendo em 1999, está sendo gradualmente ultrapassada. Ao longo dos últimos anos, com a ajuda da comunidade internacional, quer através das Nações Unidas, como pelas cooperações bilaterais, Timor-Leste tem vindo a superar gradualmente esta saga material.

Hoje, porém, a questão que se coloca incide, num outro nível que é a necessidade de um investimento cada vez mais sólido e estruturado (coordenado) a fim de empolgar a qualidade da educação segundo as ambições e os desideratos nacionais, no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo, como ainda as políticas nacionais para a área de educação.

O país atingiu um estágio de advertência uma vez que os resultados não parecem corroborar plenamente as políticas já traçadas e as metas já estabelecidas. Então, é preciso que se identifiquem as causas imediatas e remotas, diretas e indiretas do insucesso escolar, ou a baixa qualidade escolar registada pela maioria das escolas espalhadas pelo território nacional.

Já é tempo de o país se afirmar. E isto deve ser feito através de um contínuo investimento, através de uma reforçada assiduidade no acompanhamento logístico-didático-pedagógico a todo o sistema educativo nacional.

fim/07.fev.25/bacr